

# **GLOBALIZAÇÃO E SUPERCAPITALISMO: A FALÁCIA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS\***

## **GLOBALIZATION AND SUPERCAPITALISM: THE FALLACIOUS OF CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY**

**Nathalie de Paula Carvalho**

### **RESUMO**

Por meio de suficiente amparo doutrinário, especialmente as teses defendidas por Robert Reich, esta pesquisa buscará analisar a falácia da Responsabilidade Social das Empresas (RSE) no contexto do denominado Supercapitalismo, um sistema ultra-adaptável em que a democracia e o capitalismo foram colocados em posições diametralmente opostas. Pretende-se oferecer uma visão ampliada, que identifique e pondere cada um dos eixos das complexas relações empresariais contemporâneas. Tratar-se-á da RSE de maneira fática, sem discursos politicamente corretos, encarando a empresa como um ente que busca desenvolver atividades socialmente responsáveis para ganhar a confiança do público consumidor e dos investidores, verificando-se ainda como a sociedade vem se adaptando ou vem simplesmente aceitando o que o Supercapitalismo impõe.

**PALAVRAS-CHAVES:** SUPERCAPITALISMO. RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS. LIBERALISMO ECONÔMICO.

### **ABSTRACT**

Through doctrinaire enough support, especially the arguments of Robert Reich, this investigation aims to analyze the fallacy of Corporate Social Responsibility (CSR) in the context of Supercapitalism called an ultra-adaptable system in which democracy and capitalism were placed in positions diametrically opposed. It is intended to provide a broader view, to identify and consider each of the axes of the complex business relationships contemporary. Is this way, the CSR will be seen without politically correct speech, seeing the company as an entity that seeks to develop socially responsible activities to gain public confidence by consumers and investors, there is as yet the company has been adapting or is simply accepting what Supercapitalism required.

**KEYWORDS:** SUPERCAPITALISM. CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY. ECONOMIC LIBERALISM.

---

\* Trabalho publicado nos Anais do XVIII Congresso Nacional do CONPEDI, realizado em São Paulo – SP nos dias 04, 05, 06 e 07 de novembro de 2009.

## INTRODUÇÃO

Discutir a responsabilidade social das empresas já é, por si, bastante delicado. E falar desse assunto em tempos de recessão econômica, soa um tanto ameaçador. Para uma abordagem mais técnica e racional, será preciso que o leitor tente se despir de valores sentimentais. Em setembro de 2008, começou nos Estados Unidos uma crise econômica fundada na distribuição de grandes créditos, cujos efeitos comprometeram as bases do sistema capitalista, até então estruturado e sólido. Os financiamentos a longo prazo, a idéia do poder de consumo desregulado e as transações com dinheiros eletrônicos, dentre outros fatores, fizeram com que a dívida dos consumidores e empresários aumentasse a ponto de não ter crédito para quitá-las.

Analisando o tema na sua real situação, indaga-se: será que as empresas têm lastro financeiro para atender as obrigações impostas pelo Estado e ainda suprir o mercado de modo sustentável? Neste período turbulento pelo qual o mundo globalizado atravessa, a resposta mais acertada e prudente parece ser negativa, como adiante será demonstrado.

A empresa é uma organização voltada para a produção ou circulação de bens e serviços, visando a obtenção da vantagens financeiras e foi criada com a finalidade de sistematizar os meios (a produção de bens e serviços) e os fins (a obtenção do lucro). Apesar de todas as suas responsabilidades perante o consumidor, os seus empregados e o Estado, teria agora o dever concorrente de assistir à sociedade? O exame realizado a partir desta breve pesquisa buscará, através de certos parâmetros doutrinários, criticar a imposição de práticas socialmente responsáveis às empresas, de modo a concatenar-se com as raias da vida real.

### 1 O SUPERCAPITALISMO E A GLOBALIZAÇÃO: UMA RELAÇÃO SIMBIÓTICA.

A realidade de uma economia globalizada implica na aceção de que qualquer indivíduo se insere em um processo econômico, com os atos de compra, venda, empréstimos e quaisquer outros atos negociais. A economia atual capitaneia um processo que não se sabe como ou quando irá terminar. Estas repercussões, por mais simples que pareçam, não se exaurem com o encadeamento de eventos simples, pelo contrário: um ator econômico compromete e envolve a economia de todo o planeta.

E por essa premissa inicial, busca-se analisar o comportamento do indivíduo, que se mostra como cidadão e consumidor ao mesmo tempo no Supercapitalismo, frente à economia mundial globalizada, a democracia e as principais implicações desta tempestuosa relação. Um momento em que os principais objetivos se consubstanciam no aumento dos lucros, investimentos, consumo acelerado e movimentação do sistema capitalista no sentido de minimizar os ideais da democracia e exacerbar os impulsos do mercado.

Mas o que seria este Supercapitalismo? Para Robert Reich:

A partir da década de 1970 as grandes empresas se tornaram muito mais competitivas, globais e inovadoras. Nasceu algo que eu denomino de Supercapitalismo. Nesse processo de transformação, como consumidores e como investidores, efetuamos grandes conquistas; no entanto, como cidadãos, em busca do bem comum, perdemos terreno. As

mudanças começaram quando as tecnologias desenvolvidas pelo governo para os embates da Guerra fria se incorporaram em novos produtos e serviços. Daí surgiram oportunidades para novos concorrentes nos transportes, nas comunicações, na manufatura e nas finanças. Tudo isso provocou rupturas no sistema de produção estável e, a partir de fins da década de 1970, em ritmo cada vez mais acelerado, forçou todas as empresas a competir mais intensamente por clientes e por investidores. O poder dos consumidores se congregou e se ampliou sob a forma de grandes varejistas de massa. O poder dos investidores também se congregou e se ampliou mediante enormes fundos de pensão e fundos de investimentos, que pressionavam as empresas a gerar retornos cada vez mais elevados. [...] As grandes empresas que dominavam setores inteiros recuaram e os sindicatos trabalhistas encolheram. (REICH, 2008, p.05).

E foi deste modo que o Supercapitalismo suplantou o capitalismo democrático. Trata-se de um contexto em que as sucessões dos mais irrelevantes atos econômicos podem redundar em maremotos financeiros, de forma que a união dos pontos é condição essencial à formação do todo. Os processos econômicos do mundo contemporâneo não se restringem a limites territoriais. Pela Teoria da Complexidade, as constatações de mudanças diminutas podem acarretar desvios radicais no comportamento de um sistema. (SIFFERT, *on line*).

Essa integração irrestrita recebeu o título de globalização. O liberalismo econômico, que dominou os séculos XVIII e XIX, com idéias de prosperidade econômica, que contava com um suporte ideológico de que a economia conseguiria, através da liberdade de se auto-regular, o enriquecimento de todas as nações e acumulação de riquezas sem regulação estatal, fora substituído, gradualmente, nos séculos XX e XXI, por um neoliberalismo: um movimento que tem como ideário não ter ideário definido e, assim, adaptar-se a todos os sistemas internos de cada região do planeta:

Significa o aumento constante das transações internacionais de bens, capitais e serviços, com base na extensão de um processo mundial de liberalização do comércio exterior, nos movimentos internacionais de capitais, assim como no irrefreável e acelerado processo de avanço tecnológico, que permitiu, entre outros aspectos, flexibilizar os sistemas de produção no âmbito mundial. O efeito é uma maior integração econômica e financeira das economias, de modo que o mundo funcione como um mercado global. (PACHECO, 2005, p. 223).

A economia atual, ladeada por uma tecnologia indomável, procura globalizar determinados comportamentos, estandarizar soluções econômicas e imprimir até mesmo conceitos culturais. Teria se iniciado algo irreversível? As primeiras impressões apontam para uma resposta afirmativa conforme registra Paulo Bonavides registra sua preocupação:

Com efeito, a globalização imprime às nações rumos políticos cuja percepção, anteriormente, fora impossível alcançar, até mesmo pelos mais argutos e percucientes analistas da economia, da política internacional e da competição ideológica. De tal sorte que, verificada a queda do Muro de Berlim e a dissolução da União Soviética, instalou-se a crise do socialismo e uma suposta neutralidade do campo ideológico, a qual vem sendo exibida, com ares triunfais, pelo capitalismo e sua recente ideologia 'sem ideologia', cifrada no neoliberalismo da globalização. (BONAVIDES, 2004, p.19).

O contexto da atual crise econômica, a qual assolou primeiro o setor imobiliário e creditício dos Estados Unidos e depois afetou as demais searas da economia mundial, demonstra, a despeito de ser um momento complicado para o capitalismo, a dificuldade em se derrubar as práticas neoliberais. Se a plenipotência do sistema de fato existir, há que se questionar quais papéis restam ao cidadão, resgatando-se a proatividade social em face das usurpações e sufocamentos das práticas econômicas supercapitalistas.

O embate se instalou entre o capitalismo democrático, ou seja, praticado em conjugação com a democracia - como em quase todos os países - e o capitalismo autoritário, o qual convive com um regime ditatorial de governo ou outro menos estável quanto às idéias e aos procedimentos democráticos, v.g. a China.

Nesse tipo de dilema, transparece a falta de ideologia do Supercapitalismo, tendo em vista a compreensão de que as tendências de afirmação do sistema econômico deveriam ser aliadas do regime político típico do Estado Democrático de Direito: a Democracia. Assim, apenas o capitalismo que se abre à democracia é que deveria continuar a existir. Mas não é o que ocorre.

O Supercapitalismo, o qual não possui fronteiras nem bandeiras, se aproxima de regimes que permitem o desrespeito à dignidade da pessoa humana, inibem a participação popular e que cerceiem liberdades públicas, desde que a economia permaneça sem amarras. Esse é o ideário neoliberal, para o qual o mercado é o melhor sistema em que se pode inserir uma sociedade e que simplesmente permite a acumulação de riquezas, sem fórmulas de seu compartilhamento. Reverberam-se as palavras de Raymundo Faoro (2007, p.25), para quem “há um quadro cultural autônomo, moldado sobre uma realidade social capaz de gerá-lo ou de com ele se soldar”.

As teses aparentemente contrárias de desenvolvimento social e de econômico devem procurar se reconhecer como complementares. (SEN, 1999). Começa-se a pontificar o elo da possibilidade de expandir a economia e, a um só tempo, incrementar o lado social de uma dada comunidade.

Nas últimas décadas, intensificou-se o processo de globalização de um localismo (SANTOS, 2008, p.09), ou seja, a globalização de uma cultura e de um modo de produção que eram, originalmente, concebidos apenas para aquela certa comunidade, a americana. Constata-se que todos os antagonismos de interesses correspondem, na verdade, aos anseios das pessoas na sua condição de investidoras, de consumidoras e, no lado oposto da guerra hermenêutica, a condição de cidadãos. Merecem destaque as palavras de Tobias Barreto, mesmo em um contexto histórico apartado da presente análise, mas bem atuais e adequadas a estes tempos:

Esta razão e esta lógica pertenciam a certos homens, e estes homens a uma certa época. Em outros termos, a teoria em questão não pode ser considerada à parte do espírito que a concebeu, nem do meio social, em que ela se produziu. As idéias também têm a sua biografia. (BARRETO, 1991, p.100).

Para se entender, com melhores luzes, o processo que levou à digladição entre os momentos consumidor/investidor e cidadão/soberano, que cada indivíduo possui no Supercapitalismo, é preciso compreender o próprio caminho que imergiu as sociedades

contemporâneas nesse supersistema, de modo que se volta a pesquisa, neste momento, a um apanhado histórico breve, mas que se acredita produtivo, a fim de perquirir algumas considerações que se reputam fundamentais para a compreensão desta abordagem.

## 2 A FALÁCIA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS NO SUPERCAPITALISMO

Adam Smith (século XVIII), um dos principais nomes da formação da Economia Política clássica, em sua obra “A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas”, fundamentou sua descrição da ordem econômica (SMITH, 1988, v. I, p.XII) nos sentimentos morais, na busca da aprovação social e nas razões maiores da acumulação e conservação da fortuna material.

Defendia que o papel do Estado estava restrito a três funções principais: defender a nação; promover a justiça, bem como a segurança dos cidadãos e empreender obras sociais necessárias que a iniciativa privada não conseguisse concretizar. Suas principais idéias foram: a identificação do bem-estar das nações com seu produto anual *per capita*; considerou como causa da riqueza das nações o trabalho humano, a livre iniciativa de mercado (*laissez faire*), a especialização do trabalho como instrumento da produtividade - exemplo clássico da fábrica de alfinetes - (SMITH, 1988, v. I, p.41-47) e a teoria do bem-estar econômico ou da “Mão Invisível”, segundo a qual as leis do mercado não devem sofrer intervenções e a economia se direcionará por si mesma para o melhor caminho, guiado por uma “mão invisível”.

Analisando a atitude governamental frente às despesas públicas, Smith criticava a aplicação dos recursos estatais em setores que não eram adequados, sendo, portanto, um desperdício do tesouro nacional. Considerava que parte do que era pago a título de impostos poderia ter sido acumulada em forma de capital, para servir como uma espécie de reserva de fundos para ulteriores necessidades.

Baseando-se no pensamento de Adam Smith, Darcy Hitchcock e Marsha Willard (2008, p.16) apontam algumas características para uma economia saudável: multiplicidade de compradores e vendedores; oportuna e acurada informação comercial; normas contabilísticas claras; ausência de corrupção governamental; controle da inflação e deflação, etc.

Nesse contexto, David Ricardo, um dos principais seguidores de Adam Smith, sem olvidar Thomas Malthus, no livro “Princípios da economia política e da tributação”, trouxe como principal contribuição para a Teoria Econômica as teorias do valor e da repartição. Pela teoria do valor, se entende que o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho nela incorporado. Na teoria da repartição, defende que as leis que regulamentam a divisão do produto consideram a existência de três classes sociais distintas: os latifundiários, operários e capitalistas. No conflito destas, toma posição pelos capitalistas.

No plano internacional, Ricardo ancorou a teoria das vantagens comparativas, ao asseverar que os países deveriam se especializar na produção daquilo que estão mais aptos a fazer e em seguida trocar suas mercadorias para que todos aumentassem seus lucros. Foi o primeiro a constatar que o livre comércio internacional poderia beneficiar

dois países e que o capital era relativamente imóvel entre as nações, sendo necessária a elaboração de uma teoria apartada do comércio interno do país.

Ricardo ainda afirmava que, para que o comércio internacional fosse benéfico, não era preciso ter vantagens absolutas por todo o tempo, as quais significavam maior eficiência de produção ou uso de menos trabalho na produção. Fazia uma combinação com o que chamava de vantagem relativa: era a razão entre o trabalho incorporado a duas mercadorias o que diferia dois países, de modo que cada um poderia ter um produto no qual a quantidade relativa de trabalho incorporado seria menor do que a do outro, ou seja, menor custo de oportunidade para produzir uma mercadoria.

Sob esse olhar, a RSE é ditada pelo aumento e melhor alocação dos lucros, orientada pelos interesses dos seus proprietários, com supedâneo na legislação. O esquema orientador do livre mercado é o seguinte: mercado livre de restrições; concorrência para atrair consumidores para aumentar os lucros; busca constante pela eficácia na produção; melhoria da qualidade; aumento de produtividade; redução de custos e preços; aumento de produção; geração de empregos e renda; maximização do bem-estar econômico e social.

O liberalismo clássico concebia o mercado como a melhor forma de organização econômica e social. O egoísmo é um sentimento inerente à natureza humana, conduzindo à competição e à rivalidade, sendo estas consideradas pelos liberais como benéficas para a sociedade, por conta do incremento e da melhoria na qualidade dos produtos ofertados.

Um dos principais defensores do liberalismo da era contemporânea é Milton Friedman (1984), que deposita sua confiança no sistema de mercado como meio para se alcançar os melhores resultados para a sociedade. Valoriza o binômio capitalismo – liberdade, como sendo a mola propulsora das oportunidades de prosperidade material da humanidade. Para ele, “um problema político, como o da liberdade individual, não está dissociado da organização econômica e se ajusta somente a um sistema de economia de mercado” (FRIEDMAN, 1984, p.XV). Para Friedman, o governo tem o papel essencial de determinar as regras do jogo, incluindo dentre essas funções a promoção de mercados competitivos.

Como forma de atenuar essa intensidade mercantil, a Responsabilidade Social das Empresas representaria um mecanismo que se contrapõe a esta lógica, sendo um elemento de regulação do mercado no estabelecimento de parâmetros para o seu funcionamento. Por esta lógica, o Estado passaria a intervir no sistema de mercado para expandir o bem-estar social.

Milton Friedman (1984) considera que o progresso econômico numa economia de mercado reduz as desigualdades. Assim, sua política monetária e fiscal era ditada pela adoção de um imposto de renda progressivo que tinha como meta estimular o aumento da poupança dos indivíduos e o reinvestimento dos lucros nas empresas privadas. José Antônio Puppim de Oliveira (2008, p.67) conclui que “a única responsabilidade social das empresas era gerar lucro para seus acionistas, dentro das regras da sociedade (leis).”

O objetivo do governo deve ser limitado: sua principal função é a de proteger a liberdade individual contra os inimigos externos e até mesmo os próprios compatriotas; preservar a lei e a ordem; reforçar os contratos privados; promover mercados competitivos. (FRIEDMAN, 1984, p.12). Para ele, a empresa inteligente (REICH, 2008, p. 176) é aquela em que o negócio dos negócios é gerar lucro e não o de se envolver em iniciativas beneficentes para a sociedade. As empresas não devem almejar objetivos sociais.

No seu entender, a preservação da liberdade é a principal razão para a limitação e descentralização do poder do governo. (FRIEDMAN, 1984, p.13). O papel do capitalismo competitivo seria organizar a atividade econômica por meio da empresa privada e promover um mercado livre, enaltecendo o *laissez faire*, de forma a reduzir o papel do Estado nos assuntos econômicos. Assim esclarece José Antônio Puppim de Oliveira, comentando a posição de Milton Friedman:

Usar o dinheiro das empresas para projetos fora dos objetivos de gerar lucro para os acionistas era prejudicial à sociedade, pois, reduzindo os lucros, havia menos investimentos e, conseqüentemente, menos empregos, tampouco os salários poderiam ser aumentados e poderia haver menos dinheiro dos impostos. (OLIVEIRA, 2008, p.68).

A transição para o Supercapitalismo se deu a partir do momento em que as grandes empresas, que não são nem morais nem imorais, se tornaram mais competitivas, globais e inovadoras, passando a interferir nas decisões políticas. Assim, o triunfo do capitalismo e o enfraquecimento da democracia se deram com o objetivo de aumentar as riquezas dos empresários, jogando os países uns contra os outros. Vivencia-se, portanto, um período em que a economia capitalista que convivia com a Democracia se transformou em sua comandante.

Neste contexto, Robert Reich é enfático em negar a RSE:

Finalmente, chegarei a algumas conclusões que talvez sejam consideradas surpreendente, entre elas: porque as iniciativas para melhorar a governança corporativa reduzem a probabilidade de que as empresas atuem com responsabilidade social; porque a promessa de democracia empresarial é ilusória; porque o imposto de renda incidente sobre as pessoas jurídicas deve ser abolido; porque as empresas não devem ter responsabilidade penal; e porque os acionistas devem ter meios para impedir que seu dinheiro seja usado pelas empresas para fins políticos, sem seu consentimento prévio. (REICH, 2008, p.07).

Ao enunciar que as empresas não são cidadãs, mas pilhas de contratos, reverbera que o objetivo principal da atividade é participar do jogo econômico com o máximo de agressividade e eficácia. Conter o Supercapitalismo, para que não transborde sobre a democracia, é o único plano de mudança construtivo. Surge assim uma verdadeira blindagem em relação às conseqüências sociais das decisões de mercado como um aspecto fundamental do Supercapitalismo.

Faz-se uma releitura do papel desempenhado pelos *stakeholders*, de modo que todas as pessoas ou empresas, de alguma forma, são influenciadas pelas ações de uma organização. Desta forma, o público alvo deixa de ser apenas o consumidor final para

atingir um número maior de setores sociais. Para Reich (2008, p. 181), “no Supercapitalismo a promessa de democracia empresarial é ilusória”.

Sem objetivos políticos específicos, a RSE será pautada em função da capacidade de organização de um grupo em relação a determinada empresa ou setor. Pressionar as empresas para serem mais virtuosas é um mecanismo ineficaz pela falta de controle em resolver questões sociais complexas, que deveriam ser atribuições do Estado.

Sobre o papel dos governos na economia global, Robert Kuttner afirma que as grandes empresas globais se tornaram centros do poder econômico e financeiro concentrado e a tarefa do poder público era apoiar essa pauta de *laissez faire*. Faz-se necessário, diante dessa realidade supranacional, a qual ele chama de globalismo, o desmantelamento das barreiras ao livre comércio e ao livre fluxo de capitais financeiros. (KUTTNER, 2004, p.214-215). Por outro lado, considera que o crescimento econômico é refém dos credores e especuladores financeiros. (KUTTNER, 2004, p.229).

Ao longo do século XX a eficiência do livre mercado começou a se chocar com a livre democracia, especialmente após as duas guerras mundiais. Atualmente os setores econômicos são liderados por grandes grupos, que assumem a forma de cartéis e sufocam a livre concorrência. No desenvolvimento desta análise, faz-se necessário uma passagem pelo capitalismo, que pode ser conceituado como “um regime social no qual os capitais não pertencem aos que tornam produtivos pelo seu trabalho, e sim às grandes indústrias de propriedade privada. (LALANDE, 1999, p. 136).

O governo do povo enfraquece à medida que o capitalismo se fortalece. Eles seriam forças antagônicas, proporcionalmente inversas. As empresas visam o lucro, e somente isso. O capitalismo de meados do século XX se converteu em capitalismo global, turbinado, enraizado na internet, capaz de conceber e realizar qualquer coisa, em qualquer lugar. O capitalismo global se transformou em um Supercapitalismo, Neocapitalismo ou Capitalismo 3.0, isto é, um sistema que, em essência, continua capitalista, mas, em suas margens, conta com poderes ampliados, parecendo mesmo invencível.

Ao analisar a Responsabilidade Social das Empresas, Andrew W. Savitz (2007, p.96-97) faz uma abordagem de duas categorias de críticos: os “cínicos”, que são os simpatizantes de ideologias e consideram a responsabilidade social das empresas como um meio de promoção, ferramenta de relações públicas e os “céticos”, que argumentam não competir aos líderes de negócios se envolverem em problemas ambientais ou sociais, sendo sua única atribuição maximizar o lucro do empreendimento.

Robert Reich (2008, p.02) possui posicionamento semelhante aos “céticos”. Faz uma análise da evolução do capitalismo democrático até o Supercapitalismo, considerando que a democracia só pode ser alcançada com a participação dos cidadãos. Para ele, o capitalismo tem a função de aumentar o bolo da economia e a democracia exige centros de poderes privados, livres de uma intervenção estatal. Reich tem uma visão muito severa a respeito da responsabilidade social das empresas. Para ele as empresas foram criadas para lucrar; os consumidores para consumir; os investidores para investir; às ONG's incumbe a tarefa de fazer ações de caridade, conforme se pode aferir do trecho extraído de uma entrevista a revista Época circulada em outubro de 2007:

A responsabilidade social é uma questão de relações públicas. As empresas não foram criadas para ser instituições de caridade. E, hoje, elas têm menos condições ainda de desempenhar esse papel. Vivem numa competição tão acirrada que não podem sacrificar os ganhos de seus acionistas ou deixar de oferecer bons negócios para os consumidores em nome de algum benefício social. É ilógico fazer isso. Cria a falsa impressão de que as empresas são pessoas, com uma preocupação moral. As empresas não são pessoas. Nem instituições morais da sociedade. São pedaços de papel, acordos contratuais. O objetivo das empresas é jogar o jogo econômico da forma mais agressiva possível. (ÉPOCA, 2007).

Von Hayek considera na sua obra “O caminho da servidão” que a democracia moderna, para assegurar um desenvolvimento social, tem que manter o crescimento econômico e que a liberdade de decisão do indivíduo deve ser valorizada. Pode-se fazer uma ligação da sua postura liberal com a RSE nos seguintes termos:

Pode parecer muito nobre dizer: ‘deixemos de lado a economia, vamos construir um mundo decente’. Na realidade, porém, essa é uma atitude de todo irresponsável. Com a situação mundial que conhecemos, e existindo a convicção generalizada de que as condições materiais devem ser melhoradas em certos pontos, a única possibilidade de construirmos um mundo decente está em podermos continuar a melhorar o nível geral de riqueza. Pois a moderna democracia entrará em colapso se houver a necessidade de uma redução substancial dos padrões de vida em tempo de paz, ou mesmo uma estagnação prolongada das condições econômicas. (VON HAYEK, 1990, p. 190).

É interessante notar o posicionamento de José Antônio Puppim de Oliveira (2008, p.115), que, ao relacionar a responsabilidade social das empresas atesta que estas vêm percebendo que podem ganhar com as melhorias socioambientais, buscando alternativas para a competitividade. Essas atividades podem ser encaradas como estratégias de negócios, gerar um retorno financeiro e novas oportunidades com mercados mais sensíveis. Ressalta, desta maneira, as vantagens da responsabilidade social.

Para Milton Friedman (1984), qualquer ação que desvirtue os objetivos econômicos é maléfica para a sociedade, haja vista que seriam causadas ineficiências econômicas. A responsabilidade social das empresas é, na verdade, gerar lucros. Alerta ainda para o fato de que, por não serem especialistas em gestão social, correriam o risco de empregar indevidamente os recursos.

Robert Reich (2007, *on line*), deu uma entrevista esclarecedora sobre o papel social das empresas na atualidade. Diz que "as empresas só existem para dar lucro, e que é conversa fiada esse papo do movimento de responsabilidade corporativa", conforme extratos da entrevista na íntegra:

**Revista Exame - Na economia que prevalece hoje no mundo, que o senhor batizou de Supercapitalismo, não há empresa socialmente responsável ou virtuosa?**

*Robert Reich* - Não. Empresas não são pessoas. Elas não têm uma bússola moral e existem para um único propósito: oferecer boas oportunidades para os consumidores

como forma de maximizar o lucro para os acionistas. Esperar que elas façam qualquer coisa que não seja isso é acreditar numa ilusão.

*Revista Exame* - **Estamos então sendo enganados pelas empresas?**

*Robert Reich* - É claro. As empresas gastam milhões em relações públicas e passamos a acreditar que elas têm personalidade, que são boas ou más, que são instituições criadas para atingir fins públicos. Elas não são. Na prática, elas estão dando passos muito pequenos e não vão sacrificar o retorno aos acionistas em prol de um bem social.

*Revista Exame* - **Então o movimento de responsabilidade social é uma falácia?**

*Robert Reich* - Esse movimento distrai as pessoas do problema real e mais difícil, que é limpar e aperfeiçoar a democracia. Shows de responsabilidade corporativa levam os cidadãos a acreditar que os problemas sociais estão sendo endereçados e que eles não precisam se preocupar em fazer com que a democracia funcione e dê respostas para os dilemas.

Depreende-se por estas laudas que as empresas carecem de objetivos para desenvolver projetos sociais, pois estes seriam atividades secundárias ou estranhas ao seu objeto social. Por isso desenvolvem tais medidas de forma superficial ou não as implementam. Entretanto, permanece o anseio de, com suas atividades ditas socialmente responsáveis, influenciar o mercado, sempre direcionadas para um único caminho: o lucro.

## CONCLUSÃO

O liberalismo econômico, base do capitalismo, provocou o incremento de um sem número de empresas dotadas de conhecimento e tecnologia, que permitiram a transnacionalização de capital, manufaturas e produtos. No final do século XX e início do século XXI, a sociedade global desperta para os direitos difusos e para a necessária implementação do capital humano e social, passando a exigir das empresas não só produtos de menor custo, mas que também sejam produzidos respeitando as leis trabalhistas e o meio ambiente.

O cenário do mundo atual encontra-se, em grande parte, desenhado pela globalização e reestruturação do setor produtivo. A transformação do contexto econômico, tradução dos grandes avanços tecnológicos nas esferas da sociedade capitalista, implica uma série de modificações sociais, o que acarreta um aumento dos problemas dessa ordem, atingindo tanto países centrais quanto periféricos. Nesse sentido, a Responsabilidade Social das Empresas vem sendo objeto de análises mais aprofundadas, haja vista que engaja a atuação de importantes agentes de desenvolvimento econômico.

A falsa idéia de poder, de ter e de ser, levou a sociedade contemporânea a consumir compulsivamente. Tudo isso produziu um reflexo quase imediato: estar-se diante de uma economia desenfreada. A real responsabilidade social ainda não chegou às empresas ou sequer existe. Ninguém nos dias de hoje faz alguma coisa sem esperar algo. A troca de favores e interesses é constante e até mesmo necessária.

Como se pode falar em responsabilidade social das empresas se no jogo econômico não existe lugar para perdedores? As empresas descobriram que podem ganhar admiração

dos consumidores e investidores se vincularem a idéia de que são socialmente responsáveis. O que estão fazendo não se destaca pela insensibilidade brutal nem pela ganância impiedosa. Na verdade, se trata de uma ação já esperada, de modo a oferecer bons negócios aos clientes e maximizar o retorno para os investidores. Como os jogadores de qualquer jogo, estão fazendo o possível para vencer.

O Estado é que, como proprietário do papel de implementação de medidas sociais, deve chamar para si tal responsabilidade e deixar as empresas em condições de competitividade. No Supercapitalismo, as empresas não têm condições de serem socialmente responsáveis. Ao aumentar os lucros, as empresas geram efeitos sociais positivos, pois estão usando os ativos com mais eficiência e liberando recursos que já não são necessários, para que sejam usados com melhores resultados em outros lugares: todas as empresas lucrativas são socialmente responsáveis.

## REFERÊNCIAS

BARRETO, Tobias. A questão do poder moderador e outros ensaios brasileiros. In: PAIM, Antônio e MERCADANTE, Paulo (Org.). **Estudos de Direito**, v.I. Rio de Janeiro: Record, 1991, p. 100.

BONAVIDES, Paulo. **Do país constitucional ao país neocolonial: A derrubada da Constituição e a recolonização pelo golpe de Estado institucional**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2004

ÉPOCA. Como será o capitalismo que vai salvar o mundo da crise? **Revista eletrônica Época**. Disponível em:

<<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/>>. Acesso em: 18 de mar. 2009.

FAORO, Raymundo. **A república inacabada**. São Paulo: Globo, 2007.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

HITCHCOCK, Darcy. WILLARD, Marsha. **The business guide to sustainability: practical strategies and tools for organizations**. Londres: Earthscan, 2008.

KUTTNER, Robert. O papel dos governos na economia global. In: HUTTON, Will; GIDDENS, Anthony (Org.) **No limite da racionalidade**. Trad. Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 211-234.

LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico da Filosofia**. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. **Empresas na sociedade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

PACHECO, Mario Napoleón. As formas de cooperação internacional entre europeus, latino-americanos e norte-americanos em prol de uma ordem internacional mais justa. In: HOFMEISTER, Wilhelm (org.). **Política Social Internacional**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2005.

REICH, Robert B. **Supercapitalismo**: como o capitalismo tem transformado os negócios, a democracia e o cotidiano. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2008.

\_\_\_\_\_. **Reich e o Supercapitalismo**. Disponível em: <<http://praticaradical.blogspot.com/2007/11/reich-e-o-Supercapitalismo.html>> Acesso em: 08 nov. 2007.

RICARDO, David. **Princípios da economia política e da tributação**. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma concepção multicultural dos direitos humanos. In: SARMENTO, Daniel. (Coord.). **Igualdade, diferença e Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2008.

SAVITZ, Andrew W. **A empresa sustentável**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999

SIFFERT, Carlos. **Teoria do Caos e Complexidade**. Disponível em: <<http://www.orion.med.br/misc23.htm>> Acesso em: 20 jul. 2009.

SMITH, Adam. **A Riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983, v. I.

\_\_\_\_\_. **A Riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983, v. II.

VON HAYEK, Friedrich August. **O caminho da servidão**. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

